

# UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DA PERSPECTIVA INDÍGENA SOBRE O COMÉRCIO NO CURTA-METRAGEM *NÓS E A CIDADE*

Paulo Gerson R. Stefanello<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo propõe uma análise do processo de significação do comércio, construído no curta-metragem *Nós e a cidade* (CARELLI, 2009), sob a perspectiva dos Mbyá-Guarani residentes em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. A fundamentação teórico-metodológica alicerça-se na teoria semiótica francesa, com os postulados greimasianos difundidos em solo brasileiro, entre outros autores, por Barros (2002, 2003), Fiorin (1999, 2005) e Lopes e Hernandez (2005). Por meio do tratamento do percurso gerativo de sentido, o texto visa à compreensão de um evento comercial retratado no filme, por meio do qual se alcançam as oposições semânticas *cultura x natureza* e *proveito x detrimento* como sendo os efeitos de sentido mais representados nesta produção fílmica.

**Palavras-chave:** Semiótica francesa, comércio, Mbyá-Guarani, Vídeo nas Aldeias.

## Introdução

O contato com questões indígenas sempre propicia uma experiência cativante tanto pela possibilidade de ampliar o horizonte do conhecimento por meio da relação intercultural que nele emerge, como, mais especificamente, pelo fato de promover maior contato entre pesquisador e o grupo étnico que caracteriza o estudo em questão. Além disso, a temática indígena suscita discussões fundamentadas sobre a estrutura social de uma dada região e seus desdobramentos nos papéis sociais de cada indivíduo, comungando fatos históricos, étnicos, sociais e culturais.

A clara e complexa situação de multiculturalidade e interculturalidade da qual participam indígenas e não indígenas é, de fato, motivadora para a escrita deste trabalho, de modo que se alcance uma interpretação entre tantas possíveis acerca da produção

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: pgrstefanello\_@hotmail.com.

audiovisual, em formato de curta-metragem, intitulada *Nós e a cidade*, realizada pela ONG Vídeo nas Aldeias<sup>2</sup>, em 2009, numa comunidade Mbyá-Guarani de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul.

Criado em 1986, o projeto Vídeo nas Aldeias é voltado para a produção audiovisual de povos indígenas de diferentes regiões do país. A proposta desenrola-se como uma autoetnografia, em que, mediante a repetida realização de oficinas, os próprios indígenas são instrumentalizados para realizar as gravações e as edições de vídeos envolvendo questões específicas do cotidiano de seu povo.

Foram as atividades desenvolvidas pela ONG Centro de Trabalho Indigenista que viabilizaram um experimento de Vincent Carelli, coordenador do então projeto Vídeo nas Aldeias, junto aos Nambiquara, no qual alguns dos indígenas poderiam realizar filmagens de situações do dia-a-dia e apresentá-las aos demais membros da comunidade.

O ano de 1997 marcou a realização da primeira oficina de produção audiovisual na aldeia Xavante de Sangradouro, possibilitando que diferentes etnias, que conheciam a existência umas das outras por meio dos vídeos já produzidos nas expedições do projeto, se conhecessem pessoalmente e tivessem a oportunidade de compartilhar experiências.

O progresso das atividades desenvolvidas no projeto Vídeo nas Aldeias elevou-o ao patamar de ONG independente, com grande acervo fílmico de trabalhos realizados em diversas regiões do país, levando-a a se tornar uma referência no que toca à produção audiovisual compartilhada em contexto indígena, inclusive premiada nacional e internacionalmente, além de servir de inspiração a outros projetos de menor dimensão em andamento e atuantes nas terras indígenas no Brasil.

O vídeo em estudo apresenta uma situação de interculturalidade em que um evento para comercialização de artefatos produzidos pelos Mbyá-Guarani locais é organizado junto a professores e alunos de uma escola da cidade, para onde se dirigem e têm a possibilidade de manter um contato mais próximo com os indígenas e, claro, adquirir os produtos expostos no local. Com aproximadamente cinco minutos de duração, o filme abrange superficialmente as etapas de confecção dos artefatos que

---

<sup>2</sup> Recomendo uma visita ao sítio virtual da ONG Vídeo nas Aldeias para maior conhecimento de suas atividades. Disponível no endereço: <<http://www.videonasaldeias.org.br>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

seriam vendidos, as conversas sobre os modos de produção e os valores que seriam cobrados, por exemplo.

Fica evidente, ao assistir o vídeo, o insucesso do referido evento. A comunicação entre indígenas e não indígenas é dificultada pela questão linguística: os estudantes não compram os artefatos devido aos altos preços a eles aplicados, professores e alunos desagradam aos indígenas por conta dos registros fotográficos que faziam e a sensação de exploração cultural manifesta-se nas duas culturas. Essas características são enfatizadas em um momento específico do curta-metragem, quando um dos professores é entrevistado por um indígena que filma a ocasião.

Tendo em vista esse contexto de marcante contato intercultural, os itens seguintes trarão uma proposta de interpretação sobre os sentidos alcançados através do curta-metragem concernentes à situação de interação e comercialização. Para tanto, será aporte teórico a semiótica de linha francesa, com vistas à caracterização dos elementos que norteiam o processo de construção de sentido. Assim, farei uma apresentação inicial e breve a propósito desta abordagem teórica para, na sequência, investir na análise do material selecionado para este estudo, que se dividirá em três níveis de compreensão previstos pela teorização abarcada, a saber, os níveis discursivo, narrativo e fundamental.

### **A teoria semiótica greimasiana**

A semiótica de linha francesa, fundada por Algirdas Julien Greimas (1917-1992), linguista lituano, radicado na França, abrange postulados que dialogam de modo harmonioso com certos elementos estruturalistas em torno da noção de signo à maneira como o entendem Saussure<sup>3</sup> e Hjelmslev<sup>4</sup>, por exemplo, sem que se perca de vista a língua como uma instituição social. Nesse âmbito, ao passo que certos signos se unem uns aos outros, vai-se perfazendo o processo da *significação*. Essa terminologia grifada “pode ser parafraseada quer como ‘produção de sentido’, quer como ‘sentido produzido’

---

<sup>3</sup> Para Saussure (2001, p. 80-1), “o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces”, além de ser “a combinação do conceito e da imagem acústica”.

<sup>4</sup> Para Hjelmslev (2006, p. 49-50), o signo requer uma significação, não pode o ser de modo vazio, sem natureza, entretanto, necessita de um contexto, não podendo carregar significação se analisado de maneira isolada. “É necessário, assim abster-se de acreditar que um substantivo está mais carregado de sentido do que uma preposição, ou que uma palavra está mais carregada de significação do que um sufixo de derivação ou uma terminação flexional”.

(...)” e “inscreve-se como ‘sentido articulado’ na dicotomia sentido/significação” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 459), sendo esse sentido uma articulação dos planos de expressão/conteúdo, que é buscado no *corpus* da pesquisa.

Bertrand (2003, p. 11) compreende a teoria semiótica como um “parecer de sentido”, ou seja, ao lidar com o signo, é necessário que este seja considerado biplano, literalmente semiótico, concretizado pela semiose entre conteúdo e expressão, dando vida ao chamado *referente semiótico*, um sentido produzido no texto e pelo texto, dissociando qualquer vínculo cuja natureza seja externa a essa noção.

O sentido é um domínio infinitamente vasto do qual se ocupa o conjunto das disciplinas que constituem as ciências humanas, da filosofia à linguística, da antropologia à história, da psicologia à sociedade e uma restrição, portanto, se impõe: a semiótica se interessa pelo “parecer do sentido”, que se apreende por meio das formas de linguagem, e mais concretamente, dos discursos que o manifestam, tornando-o comunicável e partilhável, ainda que parcialmente (BERTRAND, 2003, p.11).

Como o sentido e o processo de significação não dependem de outro sentido externo a um texto principal, a semiótica greimasiana viabiliza uma teorização esquematicamente fundamentada para atuar em textos verbais e não verbais. Seria um equívoco, todavia, desconsiderar o fato de que o processo de significação desenvolve-se a partir de ações humanas que motivam duas questões pertinentes, em especial quando há interferências culturais no contexto de estudo: a primeira tendo a ver com os “eixos” semióticos referidos por Greimas e Courtés (2008, p. 81-83); a segunda, a ver com a cautela que o semioticista deve ter ao tomar o signo com certa exclusividade ao texto.

Num dado texto, é possível obter o seu plano de conteúdo a partir de uma hierarquia de conjuntos que podem ser descritos reunindo indícios necessários e complementares entre si e que possibilitam mostrar como o sentido é produzido e interpretado.

A teoria semiótica procura, portanto, explicar os sentidos do texto. Para tanto, vai examinar, em primeiro lugar, os mecanismos e procedimentos de seu plano de conteúdo. O plano de conteúdo de um texto é, nesse caso, concebido, metodologicamente, sob a forma de um percurso gerativo (BARROS, 2003, p. 188).

Para a análise em questão, a ordem inversamente hierárquica parece ser mais interessante, isto é, a proposta consiste em partir do nível discursivo para então prosseguir aos níveis narrativo e fundamental.

É coerente contrastar o significado como o item buscado pela semiótica através do plano da manifestação, que envolve a expressão e o conteúdo, isto é, as manifestações de conteúdo e de expressão coexistem independentemente da teoria semiótica, mas esta pode propõe-se a auxiliar no processo de compreensão do significado dos planos de conteúdo e de expressão, conforme defende Courtés (1979, p. 50), à medida que não caracteriza, por si só, significante e significado e não permite analisar separadamente as unidades mais profundas do texto a partir de cada um dos dois planos.

Os discursos que constituem um texto, por sua vez, têm acentuada importância para uma proposta de análise semiótica, em especial quando o objeto de estudo é parte de um contexto complexo, como no caso deste trabalho, que envolve características ideológicas, identitárias e sociais em constante embate cultural.

Por meio do discurso, podem-se alcançar os níveis do saber e da significação, duas instâncias que se articulam no processo de produção discursiva e, assim, refletem o sistema de valores de uma comunidade (PAIS, 1997). O dizer decorre dos outros que o precederam e, para que haja a instauração dos discursos específicos que integram o objeto de análise, é necessário, de acordo com Pais (1997), que se faça uso de signos e leis combinatórias permeadas nos demais integrantes de um grupo, uma vez que a experiência individual só poderá ser transmitida ao outro quando sustentada por um mecanismo que a faça ser reconhecida pelo grupo social.

Tal posicionamento assumido pela e para a pesquisa está de acordo com a característica dialógica da linguagem, difundida por Bakhtin (2008), em que o social e o verbal são fontes constituintes do discurso, tendo em vista que o fato de que o contexto em que se encontram enunciador e enunciatário interferem na interação, no que se refere às intenções (do enunciador), e as condições de apropriação da enunciação pelo enunciatário.

Assim, a fim de atentar para os efeitos de sentido do caráter discursivo, inicia-se a seguir o item de análise sobre o objeto de estudo em questão.

## **A análise de *Nós e a cidade* pelo percurso gerativo de sentido**

O percurso gerativo de sentido “é uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido” (FIORIN, 2005, p. 17) e apresenta-se dividido em três níveis: o primeiro, o nível fundamental, cujo foco está nas categorias semânticas que organizam o texto e possibilitam reconhecer dualidades a partir das quais se atribui significação; o segundo, o nível narrativo, caracterizado pela concatenação de enunciados de estado e de fazer, que permitem determinar as relações entre sujeitos e objetos e as transformações que ocorrem a partir dessas relações; o terceiro, o nível discursivo, detentor de abstrações, de superficialidades significativas revestidas de termos isolados que lhe dão alguma concretude (FIORIN, 2005).

A ordem inversamente hierárquica, isto é, do nível discursivo, o mais superficial de todos, para o fundamental, o mais profundo e abstrato, parece estar em maior consonância com esta análise, dada a riqueza discursiva de que dispõe o material fílmico.

Com o objetivo de não promover eventuais deslocamentos entre questões teóricas e análise prática, o percurso pelo qual se opta, a seguir, contempla ambas de maneira inter-relacional, ou seja, apresentando os elementos teóricos e, na sequência, mobilizando-os analiticamente.

### **Nível discursivo**

Nesse estágio de análise, faz-se uso de uma série de elementos que funcionam não de modo contextual do discurso enunciado, mas a ele inerentes. É a enunciação que aparece no nível discursivo, isto é, na existência do enunciador e do discurso por ele enunciado, bem como os efeitos de sentido possivelmente projetados por essa enunciação.

A necessidade e a relevância de se trabalhar com o nível discursivo é, justamente, a clareza com a qual se pode depreender sentidos previstos e imprevistos pelo enunciador enquanto sujeito discursivo.

Para esse propósito, os processos de tematização e de figurativização presentes no texto de análise conferem uma primeira possibilidade para a compreensão geral do mesmo. Fiorin e Savioli (1990, p. 72) bem descrevem esses processos: “[...] os temas

são palavras ou expressões que não correspondem a algo existente no mundo natural, mas a elementos que categorizam, ordenam a realidade percebida pelos sentidos”.

Enquanto os autores concebem os temas como componentes do mundo exterior, tratam das figuras como elementos concretos que se apresentam no interior de um plano: “[...] são elementos ou expressões que correspondem a algo, existente no mundo natural: substantivos concretos, verbos que indicam atividades físicas, adjetivos que expressam qualidades físicas”.

Bertrand (2003, p. 21) afirma que a figuratividade cria uma “aparência” do mundo sensível aos olhos do leitor, e entrega, assim, um contrato de veridicção que rege os pareceres de sentido: verdade falsidade, segredo e mentira. Tendo em vista o momento em que há uma autoidentificação e, portanto, um jogo de afirmações do que se é, ocorre, juntamente com isso, um processo que serve de representação à compreensão do enunciatário. Admite-se, ainda, sob a perspectiva greimasiana, que a construção de sentido parte da imanência para atingir a aparência.

O vídeo analisado é essencialmente temático ao abordar a comercialização e a interculturalidade, e figurativizado pela cidade, pela aldeia, pelo parque, pelo artesanato, pelo índio, pelo professor, que podem ser compreendidos como figuras que sustentam a tematização.

O título do curta-metragem *Nós e a cidade* estabelece uma oposição tanto cultural como geográfica. *Nós*, os indígenas, moramos em outro lugar. A *nossa* cultura indígena, de *viventes da aldeia*, é diferente da cultura *dos brancos, viventes da cidade*. *Nós*, indígenas, somos diferentes dos *outros*, brancos.

Os Mbyá-Guarani aparecem como sujeitos da enunciação a partir do título do vídeo, projetando seu discurso por meio de debreagem enunciativa, uma vez que se instaura um *eu/tu*, por meio da oposição nós/cidade de viés cultural, e um *aqui* e um *agora*, oposição nós/cidade de viés geográfico.

A pertinência do título atribuído ao filme também permite direcionar ao não indígena as classificações de enunciatário, haja vista a posição de enunciador estabelecida pelo termo *nós*, e de antissujeito, componente que, de acordo com Lopes e Hernandez (2005, p. 29), “representa os obstáculos que cada um desses sujeitos vai encontrar em seu caminho de busca”, característica que se confirma ao longo da cena

destacando uma série de complicações que se configuram durante o evento, tornando-o um fracasso.

Quando se observa o arranjo de um evento de comercialização envolvendo indígena e não indígena, tem-se o estabelecimento de um contrato entre enunciador e enunciatário, no qual cada um desempenhará determinada função. Entretanto, esse contrato opera com a interculturalidade, de modo que lança mão de fatores externos a ele, que já existiam mesmo antes do evento. A ida dos estudantes ao parque onde os Mbyá-Guarani vendiam seus artefatos se deu de forma pedagógica: foram levados pelos professores, que os acompanhariam todo o tempo. Nesse caso, abre-se espaço para pensar a relação identidade/alteridade, sobretudo pelo enaltecimento do outro como diferente.

Acerca dessa característica, Landowski (2002, p. 4) infere que

o que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também a maneira pela qual, transitivamente, objetivo a alteridade do outro atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele. Assim, quer a encaremos no plano da vivência individual ou – como será o caso aqui – da consciência coletiva, a emergência do sentimento de “identidade” parece passar necessariamente pela intermediação de uma “alteridade” a ser construída.

A presença do outro dá vistas a uma concatenação de pressuposições que situam o índio numa dada posição na esfera social e num amontoado de características que lhe permitem elaborar e complementar, continuamente, suas concepções identitárias e, ao mesmo tempo, buscar algum equilíbrio com a identidade do outro. Nessa mesma linha, Landowski (2002, p. 27) esclarece que “eu sou o que você não é, sem dúvida, mas eu não sou somente isso; sou também algo a mais, que me é próprio – ou que talvez nos seja comum”.

Com foco nesse desdobramento da produção de sentido pelo outro, dá-se prosseguimento ao nível narrativo, na tentativa de evidenciar e relacionar os sujeitos, os objetos e os mecanismos de ação por eles assumidos.

## **Nível narrativo**



As estruturas fundamentais nesse nível estão associadas à ordem do fazer. Os enunciados narrativos podem, portanto, ser apresentados sob dois aspectos, o primeiro, trata do enunciado de estado, que configura o estado de um sujeito em relação a um objeto num determinado momento; o outro, o enunciado de transformação, que engloba o fazer dos sujeitos a fim de alterar seu estado em relação ao objeto valorado euforicamente (OLIVEIRA e LANDOWSKI, 1995).

Esses objetos podem ser de valor (Ov) ou modais (Om). Os primeiros representam algo ao que se atribui valor, desejando-o, de alguma forma; os segundos são como mediadores, que serão utilizados para atingir um objeto-valor. Lopes e Hernandes (2005, p. 29) se utilizam de exemplificações bastante didáticas para essa compreensão:

[...] há sempre um sujeito que se coloca em busca de um objeto que representa um valor para ele. Quando falamos em objeto não estamos necessariamente nos referindo a algo palpável, mas sim à meta do sujeito, àquilo que quer alcançar. Não importa se estamos contando a história de um príncipe em busca do casamento com a princesa, e um universitário em busca do diploma, de um empresário em busca da melhoria dos lucros da sua empresa, etc. Todas essas narrativas têm em comum um sujeito que busca um objeto-valor. A ideia é alcançar essa meta, que, em termos semióticos, significa entrar em conjunção com o objeto-valor. O caminho trilhado por essas ações constituirá a narrativa desse sujeito. Esta, portanto, partirá sempre de uma necessidade de busca do objeto-valor pelo sujeito, ou seja, de uma situação de disjunção.

Uma vez que um sujeito é verificado estando em harmonia com um dado objeto, sendo seu detentor, diz-se que sujeito está em conjunção com objeto, caso o contrário seja verdadeiro, sujeito encontra-se em disjunção com objeto (FIORIN, 1999, 2005; BARROS, 2003; 2005).

Considerando os sujeitos S1 = Mbyá-Guarani e S2 = não indígenas, a seguinte categorização de objetos é proposta: Ov (S1) = proveito, Ov (S2) = artesanato, Om (S1) = artesanato, e Om (S2) = índio. Em palavras corridas, tem-se o proveito como objeto-valor para os índios Mbyá-Guarani, uma vez que, com a escassez dos recursos naturais de que dispunham no passado – informação extraída de um depoimento presente no filme –, necessitam comercializar os artesanatos que produzem, para que tenham algum proveito. Já para os alunos e professores não indígenas, o objeto-valor trata-se do

próprio artesanato, que, uma vez que eles não o produzirem ou não o têm, necessitam que outro sujeito produtor os disponibilize para comércio.

É válido retomar que a presente análise volta sua atenção para a perspectiva do índio enunciador sobre o texto, e não para a perspectiva do não indígena, embora, caso essa última fosse a perspectiva aqui assumida, algumas semelhanças poderiam ser estabelecidas, especialmente no tocante à categorização dos sujeitos do texto.

Dessa forma, a partir do olhar ora assumido, tornam-se evidentes os enunciados que seguem:

- a) Enunciado de estado = privação de recursos, haja vista que, conforme se pode visualizar a partir do tempo de 1min. e 14s. do vídeo, a predestinação dos deuses que sabiam que as matas acabariam, escasseando a oferta de recursos. Assim, tem-se S1 U Ov, em que o Mbyá-Guarani encontra-se em disjunção com seu objeto-valor, o proveito.
- b) Enunciado de fazer = contornar a privação de recursos, haja vista que as atividades de comércio foram uma solução encontrada para que o índio entrasse novamente em conjunção com seu objeto-valor. A representação do enunciado de fazer é dada pelo esquema  $S1 \rightarrow S1 \cap Ov$

Nesse nível do percurso gerativo de sentido, o discurso é narrativizado a partir das transformações promovidas pelos actantes<sup>5</sup> envolvidos numa situação. Para desempenhar uma ação transformadora, é necessário que o sujeito saiba e possa fazê-la, ou seja, que seja competente para tal, e, em concomitância, queira e/ou deva fazê-la (FIORIN, 1999, p. 9).

Todo o processo que envolve desde o fazer do sujeito com vistas à alteração de seu estado em relação ao objeto-valor até a verificação deste fazer constrói-se por meio de quatro funções canônicas, em que uma pressupõe a subsequente, estruturando a sintaxe narrativa. Greimas e Courtés (2008, p. 389) apresentam-nas:

- a) Manipulação, caracterizada pela ação de um sujeito sobre outro(s) a fim de fazê-lo(s) cumprir(em) uma dada ação a partir dos processos de intimidação, sedução, provocação ou tentação, apresentados a seguir; é o momento em que um sujeito *faz* o outro *fazer* algo;

---

<sup>5</sup> Greimas e Courtés (2008, p. 21) definem o termo actante como uma espécie de “unidade sintática, de caráter propriamente formal, anteriormente a qualquer investimento semântico e/ou ideológico”.

- b) Competência: estágio em que o sujeito ou *quer* ou *deve fazer* um determinado programa narrativo e, além disso, é dotado de um *saber* e/ou de um *poder fazer* alguma coisa;
- c) Performance, caracterizada pela ação, propriamente dita, que ocasiona a transformação da narrativa. O sujeito do fazer realiza a ação a fim de transformar o enunciado de estado que vinha sendo mantido até então;
- d) Sanção, representada por um ambiente de julgamento do sujeito do fazer, castigando-o ou recompensando-o por sua ação.

Admitindo o modelo greimasiano do percurso gerativo de sentido, Barros (apud LANDOWSKI e OLIEVIRA, 1995, p. 87) propõe três estágios por pressuposição, ao invés dos quatro citados anteriormente, são eles a manipulação, a ação e sanção, apenas. No entanto, as características gerais mantêm-se semelhantes entre os modelos.

Para a semiótica, todo fazer é movido por um mecanismo manipulador que parte do sujeito enunciatório (destinador) direcionado aos seus enunciatários. Os sujeitos modalizam as funções do *crer*, do *querer*, do *saber* e do *poder* fazer. Para Tatit (2002, p. 191), a manipulação compreende “o esforço do destinador no sentido de despertar a confiança do destinatário (fazer crer) para, em seguida, completar a manipulação, fazendo-o fazer ou não fazer.” Nesse sentido, a manipulação é uma função natural na relação dialógica interativa entre os sujeitos de um texto, e pode ser desempenhada, como o mesmo autor apresenta, a partir de quatro classificações distintas:

- a. Sedução: o destinador manifesta um saber fazer do destinatário, elogiando-o ou enaltecendo-o de tal maneira que um sinal de recusa à manipulação se equipararia à renúncia a todas as qualidades que lhe foram atribuídas até então;
- b. Tentação: capacidade demonstrada pelo destinador em poder fazer o destinatário querer fazer, apresentando-lhe algum tipo de recompensa;
- c. Provocação: quando o primeiro actante obtém com o seu saber fazer o dever fazer do destinatário, já que o conduz a agir como única forma de refutar a depreciação que lhe foi imposta;
- d. Intimidação: apresenta um destinador dotado de um poder fazer (normalmente extradiscursivo) com que o destinatário deva fazer algo a partir de algum tipo de repressão (TATIT, 2002, p. 191).

No texto em análise, o tipo de manipulação exercida pelo índio é aquele por sedução, uma vez que S1 atribui valor positivo aos artesanatos que produz a fim de comercializá-los. A riqueza do material gravado funciona, inclusive, como facilitadora desta análise, sem a intenção de sê-la. No tempo de 1min. e 26s., com a câmera voltada para o local de produção dos artefatos e enquadrando uma entrevista, uma Mbyá-Guarani infere que como os deuses sabiam que as matas ficariam escassas, deram aos índios a habilidade de *seduzir* os brancos com bichinhos de madeira.

Concernente à competência e à performance, depreende-se que S1 *sabe fazer* o artesanato, pois é detentor de um dom atribuído pelos deuses, bem como *pode fazer*, uma vez que ainda tem condições de conseguir a matéria-prima e é capaz de comercializar os produtos que dela se utilizam e, em seguida, concretiza seu fazer.

Quanto à sanção, Barros (2005) sugere dois tipos, uma, cognitiva, correspondente apenas a uma verificação da performance, outra, pragmática, em caso de haver punição ou premiação decorrentes da performance.

A propósito da sanção em *Nós e a cidade*, pode-se afirmar que ela tem viés cognitivo, uma vez que simplesmente verifica-se a realização da performance e o conseqüente não alcance à conjunção com o objeto-valor.

### **Nível fundamental**

Este nível é responsável por atribuir, considerando o discurso construído, algum resquício de sentido, ainda não lapidado, mas suficiente para gerar significação. Em outras palavras,

[...] compreende a(s) categoria(s) semântica(s) que ordena(m), de maneira mais geral, os diferentes conteúdos do texto. Uma categoria semântica é uma oposição tal que a vs. b. Podem-se investir nessa relação oposições como vida vs. morte, natureza vs. cultura, etc. Negando-se cada um dos termos da oposição, teremos não a vs. não b. Os termos a vs. b mantêm entre si uma relação de contrariedade. A mesma coisa ocorre com os termos não a vs. não b. Entre a e não a e b e não b há uma relação de contraditoriedade. Ademais, não a mantêm com b, assim como não b com a, uma relação de implicação. Os termos que mantêm entre si uma relação de contrariedade podem manifestar-se unidos (FIORIN, 1999, p. 4).

É importante destacar nesse nível a existência de uma oposição semântica visível no texto em estudo, isto é, deve-se estabelecer uma relação entre polos, tomando os termos que se opõem como objetivos almejados pelo enunciador.

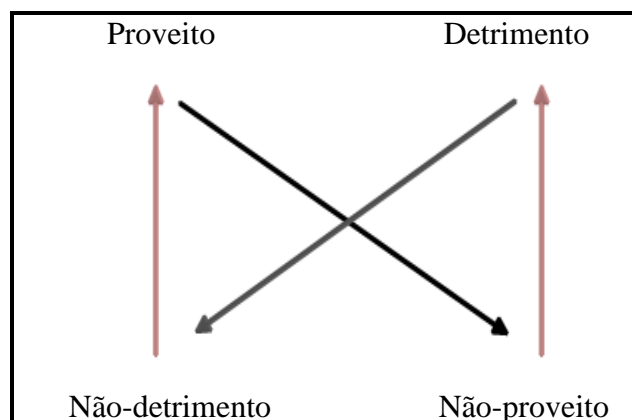
Os valores eufóricos e disfóricos “não são valores determinados pelo sistema axiológico do leitor, mas estão inscritos no texto” (FIORIN, 2002, p. 20), ou seja, ao considerar os termos de uma oposição semântica como eufóricos ou disfóricos, só o faz-se a partir de um contexto específico, situado.

Uma vez valorados, se consegue representar a trajetória do objeto, do ponto de vista da oposição semântica delineada, no *quadrado semiótico* de Greimas. Este elemento teórico é uma representação visual da articulação lógica de uma dada categoria semântica. Em Saussure já se tinha conhecimento a respeito da relação de oposição entre ao menos dois termos, a qual Jakobson elevava a uma estrutura binária. Agora, alcança-se a noção do quadrado semiótico, definido por Fidalgo (1999, p. 94) como “um procedimento estruturalista na medida em que um termo não se define substancialmente, mas sim pelas relações que contrai”.

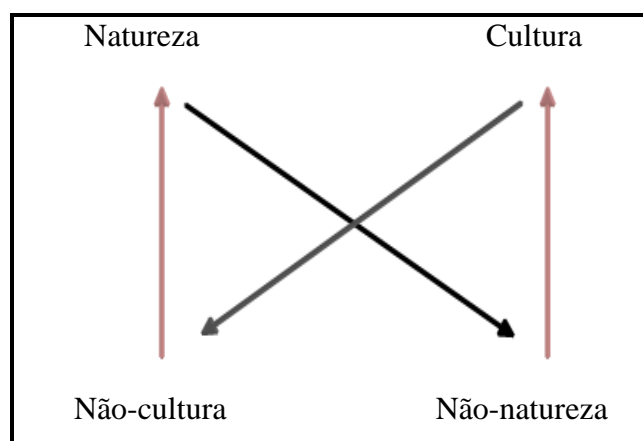
Ademais, o “quadrado semiótico organiza logicamente os termos da estrutura fundamental” (LARA e MATTE, 2009, p. 21), conferindo-o, assim, relevância devido à possibilidade de tecer relações significativas sobre quaisquer textualidades e, sob o aspecto das relações de identidade, que são de fundamental importância para a concretização desse estudo, pode-se afirmar que “encontram-se, à partida, estabelecidas nas estruturas de profundidade” (FIDALGO, 1999, p. 96).

A partir desse viés, é alcançada a sequência lógica afirmação de a → negação de a → afirmação de b, considerando, para tanto, a = proveito/natureza, e b = detrimento/cultura. Obtêm-se, desse modo, os seguintes quadrados semióticos:

a)



b)



Por fim, os seguintes programas narrativos (PNs) podem ser estabelecidos, tendo como base as características analíticas até aqui discutidas:

- a)  $S1 \cup Ov \rightarrow S1 \cap Ov$ ;
- b)  $S2 \cup Ov \rightarrow S2 \cap Ov$ ; haja vista que ambos, indígena e não indígena, encontram-se em disjunção com seus objetos-valor, e desempenham uma performance a fim de que entrem em conjunção com o mesmo.

Três funções centrais (F) se desenvolvem no filme, sendo elas:

- a)  $F_{\text{exposição}} [S1 \rightarrow S2 \cap Ov]$ ;
- b)  $F_{\text{ida ao parque}} [S2 \cup Ov \rightarrow S2 \cap Ov]$ ;
- c)  $F_{\text{recusa}} [S2 \cup Ov \rightarrow S1 \cup Ov]$ .

Assim, o percurso traçado pelos sujeitos da narrativa constitui-se, primeiramente, na  $F_{\text{exposição}}$ , em que o índio tenta fazer com que o não indígena entre em conjunção com seu objeto-valor, o artesanato, motivado pela alteração de seu próprio estado atual, em disjunção com o proveito e com a natureza. Depois, com a  $F_{\text{ida ao parque}}$ , verifica-se o cumprimento do contrato pelo indígena, que até lá vai a fim de entrar em conjunção com seu objeto-valor, o artesanato. Por último, a  $F_{\text{recusa}}$  revela a inalteração de estado por S2, responsável pela recusa, que motiva, por consequência, a inalteração do estado de S1.

### **Considerações finais**

A teoria semiótica greimasiana contempla um arcabouço teórico-metodológico relevante para o processo de construção do sentido de todo texto caracterizado pela narratividade. A proposta da presente análise consistiu em uma categorização semântica por meio da qual se promovesse uma possibilidade de interpretação do curta-metragem *Nós e a cidade*, produzido pela ONG Vídeo nas Aldeias sob a coordenação de Vicent Carelli.

O percurso gerativo de sentido permitiu categorizar os processos de figurativização e tematização, os sujeitos em cena e os objetos euforicamente valorados por cada um, bem como os estados e as ações visando transformações de estado, garantindo a determinação da oposição semântica alcançada no nível fundamental, em que se opõem *proveito x detrimento* e *cultura x natureza*, obtida, conforme mencionado anteriormente, a partir da perspectiva do sujeito indígena sobre a comercialização e o contato cultural, e não daquela do sujeito não indígena, tomado por enunciatário.

Com os PNs possíveis de serem estipulados, ficou clara a não alteração de estado de S1 (indígena) nem de S2 (não indígena) em relação a seus objetos-valor, o que fugiu à expectativa de ambas as partes, não podendo ignorar fatores externos ao texto em questão, como havia sido exposta tal possibilidade no início deste artigo. Desse modo, fatores de viés social, político, geográfico e histórico, sobretudo, devem ser considerados na tentativa de sugerir qualquer solução válida para situações semelhantes à analisada.

Este estudo, enfim, oferece alguns mecanismos de compreensão detalhados, embora não se proponha a extinguir o processo de significação adotado e nem a reduzir os efeitos de sentido a esses obtidos com a teorização ora desenvolvida.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3 ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2005. BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Tradução Ivã Carlos Lopes et al. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

COURTÉS, Joseph. *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

FIDALGO, Antônio. *Semiótica Geral*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1999.

FIORIN, José Luiz. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. *Revista D.E.L.T.A.*, vol.15, nº 1, 1999, p.177-207.

\_\_\_\_\_. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. e SAVIOLI, Francisco Platão. *Para Entender o Texto (Leitura e Redação)*. São Paulo: Ática, 1990.

GREIMAS, Algirdas Julien e COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

LARA, Gláucia Muniz Proença e MATTE, Ana Cristina Fricke. *Ensaio de Semiótica: aprendendo com o texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro: ensaios de sociosemiótica*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. e OLIVEIRA, Ana Cláudia de. *Do Inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*. São Paulo: EDUC, 1995.

LOPES, Ivã Carlos e HERNANDES, Nilton. *Semiótica: objetos e práticas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PAIS, Cidmar Teodoro. *Conceptualização, Denominação, Designação: relações*. *Revista Brasileira de Linguística*. Vol. 9. São Paulo: Plêiade, 1997.



# A SEMIOTIC ANALYSIS OF THE INDIGENOUS PERSPECTIVE ON COMMERCIALIZATION IN THE SHORT FILM *NÓS E A CIDADE*

## ABSTRACT

This paper proposes an analysis of the significance process of trade, built in the short film *Nós e a cidade* (CARELLI, 2009), from the perspective of the Mbyá-Guarani residing in São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul. The theoretical-methodological foundation is based on the French semiotic theory continued in Brazil, among other scholars, by Barros (2002; 2003), Fiorin (1999; 2005) and Lopes and Hernandez (2005). By dealing with the generative course of meaning, the text suggests an understanding of a commercial event portrayed in the film, reaching the semantic oppositions *culture x nature* and *profit x detriment* as the most represented effects of meaning in the film.

**Keywords:** Mbyá-Guarani, commercialization, French semiotics, Vídeo nas Aldeias.

Recebido em 18/12/2017

Aprovado em 19/03/2018